

**O**s candidatos à eleição para o Congresso constituinte vivem uma situação dramática. O país enfrenta problemas graves, alguns que vêm do passado remoto e refletem, no padrão vigente no Brasil de desenvolvimento capitalista desigual, uma herança pesada de suas origens coloniais e a perpetuação de privilégios e de várias modalidades de antigos regimes, que não foram dissipados através de várias revoluções políticas (a da Independência, a da Proclamação da República e a da Aliança Liberal).

A própria consolidação nacional não se deu a fundo, por causa dessas realidades, com suas cadeias de repercussões diretas e indiretas. Outros problemas, infelizmente ainda mais graves, procedem das vias pelas quais se realizou a incorporação do país aos dinamismos e às estruturas do modo de produção, circulação e consumo do capitalismo monopolista. A industrialização maciça decorrente trouxe ganhos inegáveis, entre os quais a aceleração do crescimento econômico, a quase universalização do trabalho livre, a diferenciação do regime de classes, com o despontar de novas formas políticas de luta de classes no campo e na cidade.

No entanto, o imperialismo da era atual carrega consigo uma ocupação específica do espaço das nações hospedeiras e uma revitalização de práticas semelhantes aos laços da relação colonial direta, com taxas ultra-espoliativas do excedente econômico, drenado para o exterior de maneira crescente. Além disso, a sua versão de mudança social sem revolução acarretou maior concentração social, racial e regional da riqueza, da cultura e do poder. Em consequência, a miséria e as massas errantes dos malditos da terra aumentaram e a construção de uma sociedade nacional sob o impulso do capital e da luta de classes se desvaneceu. A Ciência e a Tecnologia intensiva foram postas no pelourinho. Porém, o que está em jogo é um modelo de imperialismo devastador, que converte as nações pobres e dependentes nas novas fronteiras da acumulação acelerada do capital nas

nações centrais e em sua superpotência, os Estados Unidos.

Esse contexto histórico, no qual entram por igual fatores e efeitos de história de longa duração e de história de conjuntura, evidenciam o significado único, singular, da atual Assembléia Nacional Constituinte. Ela deveria levar até ao fundo a ruptura com a Nova República e a ordem ilegal que ela preserva e fortalece, como herdeira e continuadora da república institucional, isto é, do regime ditatorial dos generais e de seus aliados políticos, nacionais e estrangeiros. Ela também deveria dar resposta aos problemas estruturais velhos e novos, aos dilemas históricos forjados por políticos que conferiram prioridade à aceleração do crescimento econômico, a uma geopolítica militar alucinada, ao fortalecimento dos privilégios e das distâncias entre as classes, ao enfraquecimento na nação em benefício de interesses privados que dilapidam o público e o denigrem, ao mesmo tempo que expandem a exportação líquida de capital, dentro de um clima fantástico de corrupção dos agentes brasileiros de maior responsabilidade e poder de decisão.

Os eleitores, principalmente os eleitores mais pobres e que possuíam consciência social suficiente para medir suas relações com os candidatos e os que estes deveriam fazer no Congresso constituinte, se eleitos, mostravam sua inquietação e externavam o temor: "Depois que o sr. for eleito, o sr. não virá mais aqui e não se lembrará mais de nós." Deixando de lado a questão do regime de partidos políticos e da desorientação que se cria na cabeça dessa massa de eleitores, o que se pode inferir, sociologicamente, é que eles esperavam quando menos uma revolução política da atuação do Congresso constituinte, uma ruptura definitiva, que nos jogasse para frente e nos fizesse penetrar numa era de revolução anticolonial, nacional e democrática. O saudoso professor Roger Bastide classificaria essas atitudes como formações psicossociais larvares. Mas um leitor de Hegel ou um historiador qualificado logo enxerga-

riam nesse modo de ser larval a emergência de uma nova vida, o florescimento de um organismo com vitalidade própria e com um ciclo de maturação previsível, que irrompem como um clarão sobre evoluções sociais obscuras, senis e sinuosas.

Foi com esse ânimo que cheguei ao Congresso constituinte como o noviço mais velho e que lá descobri que o nosso estilo parlamentar foi moldado para serrar o presente do futuro e manietar o país aos interesses, valores (?) e decisões imperativas dos que mandam, dos donos do poder, dos de cima. O Parlamento funciona como se fosse a nação invertida. A minoria, pelo processo eleitoral corrompido, gera uma maioria inabalável. A maioria, por sua vez, só consegue eleger uma escassa minoria e esta, mesmo que e distribua entre vários partidos e segmentos de partidos (de esquerda, de centro ou de direita), é impotente para retirar a nação de sua letargia e estado de desorganização permanente. Os campeões do povo falam, mas sua voz ecoa no vazio. Aliados das cúpulas do sistema de poder das instituições-chaves — no caso: o Estado e os partidos da ordem, como o PFL e o PMDB — eles sofrem um isolamento político sistemático e servem apenas para legitimar as políticas variavelmente anti-sociais, anti-nacionais e antidemocráticas das elites no poder. Parceiros incômodos, que são tolerados por causa disso e da necessidade de contar com um biombo que oculte à massa do povo a essência do Estado parlamentar, constitucional e representativo. Viva a República.

O caráter autocrático dessa montagem é notório e não poderá ser superado facilmente. Como, então, sair desse ponto morto, desse compromisso entre passado e presente que fecha as passagens para o futuro e corrói até a formação de um sistema nacional e soberano de poder? Existem dois caminhos, é o que nos ensina a história de outros povos — e eles não são exclusivos. O primeiro e principal consiste na mobilização da massa popular e na ativação do pólo proletário da luta de

classes. Como um ariete, os de baixo devem derrubar essa bastilha invisível e cruel. O segundo é mais complexo e exigiria o aparecimento de um poder paralelo, como foram os conselhos em algumas revoluções modernas ou como poderia ser, no Brasil, o rápido espriar do movimento de participação popular. Por este caminho, surgiria um poder real diretamente vinculado às realidades das condições de vida dos oprimidos, excluídos e desenraizados, com a hegemonia provável do único setor mais ou menos organizado e por uma própria natureza revolucionária, as classes trabalhadoras. O primeiro caminho proporciona frutos mais rápidos e exporia os parlamentares que "representam" com frequência só interesses particulares à aprendizagem, sob pressão, da verdadeira natureza da representação. O segundo caminho, mais dificultoso e arriscado, acarreta soluções radicais, como a dualidade de poder e a impossibilidade de manter-se, sob coação, um falso regime de representação democrática.

O fato é que não é possível ficar-se em Brasília fazendo o jogo da amarelinha. O Distrito Federal foi fabricado para produzir maior autonomia para uma República burguesa autocrática, que no Rio de Janeiro ficaria sob pressão popular, assediada por aqueles, jovens e velhos, trabalhadores ou capitalistas, homens ou mulheres, negros ou brancos etc., que se sentissem traídos pela mistificação incorrigível de uma democracia restrita, a democracia dos donos do poder (todos iguais entre si e parceiros no consórcio do poder político repressivo). Brasília caminha rapidamente na direção de acabar com esse sonho de isolar e defender o Estado das pressões das massas. Por enquanto, porém, urge que pelo menos todas as forças vivas da nação se façam sentir lá e participem da criação de um novo tipo de Estado, efetivamente democrático.